

# Os Modelos Sociais: a Caminho de um Novo Paradigma?\*

Ives Gandra da Silva Martins\*\*

O constitucionalismo moderno, em nível de direitos fundamentais do cidadão, tem sua origem na Magna Carta Baronorum (1215), nos dois *Bill of Rights* (1628 e 1688), na Constituição Americana (1787) e na Constituição Francesa de 1791.

A característica maior de cada um dos modelos estava no equilíbrio entre Estado e Povo, no modelo inglês; no conceito de pátria acima das relações de equilíbrio entre poder e povo, no modelo americano; e na prevalência dos direitos do cidadão, no modelo francês<sup>1</sup>.

De rigor, os três modelos constitucionais conformam até hoje o Direito positivo desses povos. Há evidente preocupação de equilíbrio, ainda nos dias que correm, nas relações entre o Poder e o povo, no modelo inglês. Na Guerra das Malvinas, a primeira-ministra inglesa era obrigada, diariamente, a prestar contas de sua ação ao povo inglês, comparecendo ao Parlamento para falar sobre as operações de guerra.

O conceito de pátria continua a prevalecer como valor maior para os americanos, ao ponto de a tresloucada invasão do Iraque, realizada por Bush, ter sido avalizada pelo povo americano, em face da necessidade de defesa da pátria, visto que lhe foi passada a idéia de que daria maior segurança, impedindo a desmoralização da América.

O conceito de cidadania impede até o presente que os franceses dêem sinal verde a concessões em matéria de privilégios agrícolas, na União Européia, que permanecem inviabilizando as diversas rodadas da economia mundial para uma abertura maior de mercados. Dizia-me o presidente de importante multinacional francesa que se Chirac contrariasse a pressão feita pelos agricultores franceses a qualquer

redução de subsídios, não seria eleito prefeito do menor município na França.

Aos 3 modelos constitucionais acima mencionados, seguem-se os modelos das duas Constituições sociais (México 1917 e Alemanha 1919).

O modelo social mexicano gerou problemas e não equacionou, até hoje, os grandes desníveis do país, com uma rica região colada aos Estados Unidos e um pobre Estado ao Sul, sobre não ter permitido, até o presente, o desenvolvimento de um claro modelo democrático, nada obstante já haver mais de um partido no México.

Atribui-se ao modelo nacional alemão de 1919 a sua hiperinflação, visto que o Estado prometia mais do que podia oferecer, o que levou a profunda deterioração da moeda, com um déficit público incontrolável. Steven B. Webb conta a história de que, antes de 15 de Novembro de 1923, um banco chegou a devolver depósito em cheque de um correntista, pelo elevado custo de manter aquele depósito de 1 milhão de marcos. O selo, na carta de envio do cheque, tinha o valor de 5 milhões de marcos!

À evidência, a dívida de guerra e a difícil reconstrução do país exerceram pressão sobre o déficit público, mas, nitidamente, o modelo social foi um dos componentes da derrocada<sup>2</sup>.

E a recuperação do marco propiciada por Hjalmar Schacht (marco forte), trouxe, de imediato, a garantia da moeda, mas indiscutivelmente, de outro, provocou processo recessivo que terminou por facilitar o aparecimento de Hitler e a formatação do III Reich, que abalou o mundo por 12 anos (1933-1945).

\* Palestra proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 11/07/06, no Curso de Estudos Europeus.

\*\* Professor emérito das Universidades Mackenzie, Unifmu, Unifio, Unip e Escola de Comando e Estado Maior do Exército-Eceme, presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do Centro de Extensão Universitária – CEU.

Nada obstante os dois modelos pioneiros não surtirem os efeitos desejados, os ideais em que se lastrearam – muito mais inspirados pela encíclica *Rerum Novarum*, do que pelos escritos incendiários de Marx e de seus antecessores como Proudhon ou Saint-Simon –, terminaram por influenciar todo o mundo, inclusive o modelo trabalhista brasileiro, a partir da ditadura Vargas, e a legislação infraconstitucional, definitivamente incorporada à Lei Maior, com a Constituição de 1988.

O fortalecimento dos sindicatos, dos direitos dos trabalhadores, o grande apelo político que representava sensibilizar os trabalhadores, com ou sem emprego, permitiu, de um lado, a maior visualização destes direitos e, de outro, o aparecimento de uma nova classe de lideranças sindicais, muitas delas mais interessadas no poder político do que propriamente em servir aos trabalhadores. Com fantástica capacidade de barganha sobre a classe patronal, não poucas vezes, exerceram mais a força da chantagem do que de defesa, criando legislações descompetitivas, que geraram, ao mesmo tempo que maiores direitos, maior desemprego.

E viu-se que, após a crise americana de 29/33, os países com menor regulação evoluíram mais rapidamente que os consideravelmente amarrados pelos imensos direitos concedidos.

Ao contrário da 1ª Guerra Mundial, que foi uma guerra de realocação dos poderes na velha Europa <sup>3</sup>, a 2ª Guerra representou a luta entre dois grandes sistemas políticos (democrático X ditatorial), com prevalência do primeiro, em parte, visto que a ruptura da aliança entre duas ditaduras (nacional-socialismo e comunismo) existente na 1ª fase do conflito, levou à sobrevivência, por 45 anos do sistema tirânico da União Soviética e dos países submetidos a sua influência.

O crescimento, todavia, das reivindicações sociais, o fortalecimento dos sindicatos, as garantias para a velhice, propiciadas por um sistema previdenciário temporalmente alargado e com

maiores benefícios, passaram a ser realidades, que se, de uma face, fortaleciam, consideravelmente, os direitos do trabalhador, de outro lado, promoviam o surgimento de nova classe social, a sindical. Seus líderes tornaram-se detentores de força semelhante à do poder político, ao ponto de, no tempo, em muitos países, considerarem-se habilitados a governar o Estado, nada obstante sua formação limitada e voltada aos interesses de uma única categoria. Assim, grandes líderes sindicais, como Walessa e Lula, tornaram-se Presidentes, com desempenho medíocre, o primeiro, e afogado em escândalos de corrupção, o segundo, salvando-se o governo deste graças ao “boom” econômico internacional e a um programa assistencialista, mas não desenvolvimentista <sup>4</sup>.

O certo, todavia, é que os modelos constitucionais internacionalizados, no campo das conquistas sociais, levaram a garantias consubstanciadas na atuação da Organização Internacional do Trabalho – surgida à época da Sociedade das Nações e mais bem sucedida que esta –, e a propiciar o crescimento das reivindicações dos trabalhadores, em todos os espaços geográficos.

Em alguns países, como na França, a força de tais direitos, assegurados por uma participação sindical robusta, tem levado, inclusive, muitas empresas a desistirem de realizar maiores investimentos no país, por receio de interferência de tais sindicatos em sua gestão.

É o caso de importante instituição financeira, que depois de ter firmado carta de intenção de aquisição de um banco francês, desistiu da operação, em virtude das pressões dos sindicatos, que passaram a exigir uma imensidão de vantagens para concordar com a transação.

O resultado dos dois perfis, nos modelos sociais e previdenciários, tem levado a um estado pré-falimentar da Seguridade Social, em quase todos os países, em que os sistemas de capitalização ou participação, de um lado, e os denominados fundos de pensão, de outro, não têm colaborado muito para dar solução razoável ao problema.

O “déficit” da Seguridade Social, portanto, tem-se constituído em problema insolúvel, na medida em que a longevidade das pessoas, e o fato de um número cada vez menor de trabalhadores ter que sustentar um número cada vez maior de inativos, faz com que as políticas tributárias sejam ineficientes para o equacionamento do problema, gerando tensões no modelo que, em algum momento, implodirá <sup>5</sup>.

Por outro lado, a competitividade mundial, a exigir preços menores e qualidade maior, torna os países sujeitos a um grande peso do custo previdenciário e de direitos trabalhistas alargados, menos competitivos, o que os obriga a um protecionismo no comércio internacional contrário ao que se apregoava, no início da década de 90, ou seja, obter soluções de mercado, após a queda do Muro de Berlim, através da globalização da economia.

Por outro lado, as estruturas dos detentores do poder e os privilégios “trabalhistas” e “previdenciários” que se auto-outorgaram (burocratas e políticos), tornaram ainda mais complexa a equação, a ser suportada, sempre e exclusivamente, pelos contribuintes, sua grande maioria estando no segmento privado da economia.

Para completar, os modelos jurídicos internacionais de soluções de conflitos, embora tenham avançado muito, ainda estão aquém das exigências e desafios, com o que, não só a eficácia de suas decisões apresenta-se débil, como denotam um viés preconceituoso em relação aos países emergentes. Em vez de tais modelos aproximarem, dificultam integrações necessárias, praticamente afastando tratamento mais favorecido aos países emergentes, algo decantado, mas não praticado pelo mundo desenvolvido.

Há um *gap* evidente entre as nações desenvolvidas e emergentes, que, infelizmente, tende a crescer, em nível de progressão aritmética (não geométrica), com o que temores futuros de guerras, conflitos regionais, geração de ódios e atentados terroristas poderão provocar barreira ao crescimento.

Falam, algumas nações desenvolvidas, em “dumping social” para se referir aos menores encargos trabalhistas que existem em algumas sociedades emergentes, em relação às sociedades desenvolvidas, sem perceberem que o “dumping da tecnologia” é também forma descompetitiva e desequilibradora a colocar em xeque o livre comércio na economia <sup>6</sup>.

Em alguns países, como no Brasil, os encargos sociais chegam a 102% da folha de pagamento, o que vale dizer, mais de 100% do valor de um salário. Contrata-se um empregado e pagam-se dois, o segundo correspondente ao valor dos tributos incidentes sobre a contratação. Desta forma, não pode o país evoluir com a rapidez necessária.

E quanto aos benefícios distribuídos aos servidores públicos, basta lembrar que os proventos de sua aposentadoria correspondem, em média, a 12 vezes a média do que percebem os trabalhadores que se aposentam nos segmentos não governamentais!!!

Haveria, pois, necessidade de uma profunda mudança dos modelos sociais existentes entre países desenvolvidos e emergentes, norteadas pelos seguintes vetores:

1) uma reflexão maior sobre as relações entre desenvolvidos e emergentes, a partir do enfoque de que a abertura dos mercados dos países emergentes deve ser parcial e consistente com o nível de desenvolvimento de seu parque industrial, tecnológico e de serviços, não se fechando, todavia, as portas dos mercados dos países desenvolvidos, com o que se evitariam os subsídios e privilégios históricos, que já não mais se justificam, no processo de globalização <sup>7</sup>;

2) revisão da política de Seguridade Social, em todos os países, para a conciliação de um sistema tríplice de capitalização, participação e fundos de pensão, supervisionadas as aplicações destes últimos; assim como verificação da capacidade de

a Administração Pública propiciar a conjunção dos dois sistemas na área social, à luz do comprometimento orçamentário e da administração das contas públicas em geral. Embora o sistema de capitalização seja mais justo e mais administrável, é de se lembrar que grande parte dos países emergentes não têm como sair, a curto prazo, do sistema de participação, por ter sido adotado, no passado, e parcela substancial dos segurados ainda estar nesse sistema;

3) ter presente que encargos trabalhistas excessivos tornam mais difícil a competitividade das empresas e a sua produtividade, gerando “políticas” compensatórias como, por exemplo, a informalidade, a automação excessiva em setores em que não seria necessária, o achatamento dos salários e a permanente litigiosidade entre empregados e empregadores, devendo-se lembrar que o Tribunal Superior do Trabalho no Brasil recebe em torno de 150.000 processos por ano para serem julgados por apenas 27 ministros!!!!;

4) propiciar maior consciência no que diz respeito aos direitos e deveres, binômio fundamental nas relações empresariais, governamentais e políticas, pois as reivindicações excessivas, em matéria trabalhista, terminam prejudicando mais do que beneficiando os trabalhadores, sobre gerarem menos empregos e menor competitividade das empresas. Em países em que as classes de trabalhadores só têm direitos e não a contrapartida de deveres, a integração é sempre mais difícil. Tudo o que não se faz acaba provocando soluções artificiais;

5) desenvolver política tributária estimuladora ao emprego formal e compensatória, com menores encargos trabalhistas e previdenciários, se esta opção representar maior produtividade, e mais contratação de mão-de-obra <sup>8</sup>;

6) Substituir o assistencialismo simples – a Bolsa-Família, no Brasil, é típica proposta apenas assistencialista, sem necessidade de contrapartida por parte de quem recebe o estímulo – por um assistencialismo condicionado, como fora, no passado, a Bolsa-Escola, que previa a necessidade de prova de que a criança estaria freqüentando estabelecimento de ensino, por parte da família dos beneficiários e exigindo-se trabalho comunitário para que os destinatários façam jus ao benefício, objetivando auxiliar aqueles que não têm emprego ou recursos para o sustento de sua família;

7) rigoroso controle das contas públicas, para evitar a retomada da inflação endêmica, mesmo nos países desenvolvidos, embora, hoje, no mundo inteiro, o processo inflacionário esteja razoavelmente sob controle;

8) adoção de políticas de redução tributária condicionada ao aumento de produtividade das empresas, com o compromisso de não-aumento dos preços, com o que o próprio aumento da produção e consumo geraria um mercado auto-sustentável;

9) implantação de controles éticos dos processos de implantação de novas políticas ou de desenvolvimento das que já existirem, a serem exercidos sobre os administradores de tais programas, para que não propiciem novos campos para corrupção, benesses pessoais ou concussão;

10) incentivar ampla discussão, em nível mundial, de um sistema global de política sistêmica “tributária-trabalhista-previdenciária”, que permita a criação de um modelo universal, com variantes aplicacionais, de acordo com o nível de desenvolvimento de cada nação <sup>9</sup>.

São algumas das sugestões que trago ao seminário para reflexão.

SP, julho de 2006.

<sup>1</sup> Escrevi: “A Revolução Francesa pôe fim ao período áureo das monarquias absolutas, muito embora, nos séculos XIX e XX, tenham convivido algumas monarquias quase absolutas com repúblicas ou monarquias constitucionais.

Os dois eventos-chave dos tempos modernos foram a Revolução Americana e a Revolução Francesa.

A primeira delas permite – após a vitória dos Estados americanos sobre o domínio inglês e a conformação do país numa república presidencialista e federativa – o surgimento do constitucionalismo nos Estados Unidos. Uma Constituição sintética – 7 artigos apenas – ofertou o perfil da nação americana, em que povo e governo dirigiram suas forças mais para construir o bem da pátria, que de seus próprios interesses. Sua permanência no tempo é tal, que sofreu apenas 26 emendas em 218 anos, das quais as 10 primeiras são 10 artigos da denominada declaração de direitos (*Bill of Rights*).

A Revolução Francesa – de indiscutível importância para o constitucionalismo moderno – não foi, como a americana, um conflito de libertação, mas uma luta intestina de despreparados antimonarquistas contra Luiz XVI, o que gerou, de 1789 a 1794, – principalmente nos últimos dois anos, sob o controle “robespierriano” – a destruição de todos os alicerces do Estado francês, propiciando o aparecimento de um líder carismático, Napoleão. Este ordenou o caos e plantou as sementes de seu império, terminado em 1815.

Os alicerces do constitucionalismo francês ultrapassam os horizontes dos líderes revolucionários Marat, Danton, Robespierre, visto que valorizam a cidadania, prevalecendo até hoje a influência daqueles princípios, na nação francesa.

A consciência – como Kant realçou – dos valores decantados na expressão constitucional francesa, apesar de não vivenciada pelos líderes revolucionários, terminou por impactar o pensamento constitucional dos séculos posteriores, mesmo após o surgimento das denominadas Constituições sociais de Weimar e a mexicana.

É a época, também, em que o sistema parlamentar de governo, introduzido em 1688, na Inglaterra, se fortalece, opondo-se ao modelo americano, que termina exercendo influência, todavia, sobre a América latina e, no fim do século XIX, sobre o próprio Brasil, quando da promulgação da República” (*Uma teoria do tributo*, São Paulo, Ed. Quartier Latin, 2005, p. 156/7).

<sup>2</sup> Escrevi: “A segunda guerra mundial foi uma conseqüência dos erros da política econômica dos países vencedores para com a Alemanha, exigindo o cumprimento de uma dívida de guerra, que esgotou todo o esforço germânico de recuperação, gerando as crises da hiperinflação e da recessão, até o início da carreira política de Hitler. Acresceu-se uma divisão insatisfatória dos despojos da 1ª Guerra, com a permanência de restrições entre as nações vencedoras, sobre ter havido a falência da Sociedade das Nações e a depressão americana, que abalou a economia de todo o mundo.

O surgimento carismático de Hitler oferecendo aos alemães a oportunidade de recuperar seu orgulho, pela reestruturação da economia e dominação do mundo foi o estopim que a frágil política aliada não entendeu como sinalização perigosa para o Ocidente, ao ponto de fazer vistas grossas ao início da perseguição judaica, ainda nos meados da década de 30” (*A era das contradições*, São Paulo, Ed. Futura, 2000, p. 66/67).

<sup>3</sup> Escrevi: “O ambiente de tranquilidade e predomínio europeu dos primeiros anos do século XX terminou com o assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro e o início da Segunda Guerra Mundial.

Esta não é uma guerra de defesa de princípios, como ocorreu durante as guerras das cruzadas, em que os ideais superavam os interesses.

É uma guerra que busca definir a força dos diversos interlocutores no predomínio europeu.

Alemanha e Itália, unificadas no século anterior, se fortalecem e França e Inglaterra se unem para enfrentar o crescente poderio alemão, guardando, os franceses, ainda, a lembrança da humilhante derrota na Guerra de 1870, em que capitularam perante a melhor organização militar alemã, saudosos do tempo em que as táticas militares de Napoleão dominavam os melhores exércitos de seus adversários.

É de se lembrar que Napoleão apenas perdeu a batalha de Waterloo – que já tinha ganho, encurralando Wellington contra morros sem possibilidade de retirada – porque o General Grouchy, que deveria perseguir as tropas germânicas derrotadas em Ligny, perdeu seu rastro, permitindo que o Blücher, seu comandante, chegasse a Waterloo, no fim do dia e atacasse o vitorioso Napoleão pela retaguarda, que ficou sem condições de defender-se. Não foi Wellington, mas Blücher quem ganhou Waterloo e decretou a derrota definitiva de Napoleão.

Os franceses, portanto, ao enfrentarem a tentativa de hegemonia alemã pretendida por Bismarck, procuraram dar o troco de duas derrotas anteriores, enquanto os ingleses decididamente não viam com bons olhos o crescimento do poderio alemão.

Foi uma guerra objetivando dar um novo perfil ao mapa europeu, com definição daquelas potências que deveriam dominá-lo, mantendo seus controles além das fronteiras do continente.

A 1ª Guerra Mundial é exclusivamente uma guerra de interesses econômicos e políticos para conformar a nova Europa e atalhar o crescimento da influência alemã, que começava a preocupar, inclusive os Estados Unidos, que acabaram por entrar no conflito europeu” (*A era das contradições*, ob. cit. p. 60/61).

<sup>4</sup> De rigor, o fracasso de muitos modelos alicerçados na ideologia sindicalista ou de esquerda decorre de pouca formação de seus líderes. Escrevi: “Os ideólogos socialistas sempre trabalharam pouco. Desde os bancos escolares, são apenas revoltados contra o estamento vigente, mantendo uma visão utópica do mundo, no qual todos os males seriam corrigidos, desde que houvesse a mudança da natureza humana e fosse aplicada a idílica igualdade decorrente da partilha de bens entre todos, em solidariedade universal, que faria inveja a Adão e Eva, antes do pecado original.

Sua função é pensar. Para pensar, precisam reunir-se e vivem de reuniões em reuniões, certos de que tais reuniões representam o verdadeiro trabalho.

Na medida em que vão ganhando reconhecimento pela sua capacidade discursal e por algum carisma dirigente, consideram-se suficientemente habilitados para mudar a história do mundo, consistindo, seu trabalho, na busca de implementar sua missão “quase divina”.

Não dão valor ao trabalho dos empresários, profissionais liberais e outros cidadãos, que labutam mais do que “especulam filosoficamente”, pois, para eles, eles, geralmente, são exploradores do povo, quando bem sucedidos, ou explorados pelos bem sucedidos, quando não se saem bem.

O trabalho alheio, se executado dentro de um país neo-liberal, é sempre mal visto. De rigor, o conceito de trabalho para os intelectuais de esquerda, é nebuloso, em face de sua vocação limitar-se a pensar e se reunir. À semelhança dos filósofos atenienses, que consideravam o trabalho manual secundário e uma “capitis diminutio” o fato de alguém ter que trabalhar para viver, os “profissionais da esquerda” preferem dedicar seu tempo a criticar, fazer reuniões e procurar descobrir meios de absorver as riquezas daqueles que geram empregos, os quais, segundo eles, são de

exploradores do povo.

Por esta razão, quando conquistam o poder, sem nunca terem exercido com habitualidade o trabalho honesto, levam um grande nível de despreparo e, com o tempo, aprendem que apenas serão bem sucedidos, desde que abandonem suas idéias originais” (*A queda dos mitos econômicos*, São Paulo, Ed. Thomson, 2004, p. 38).

<sup>5</sup> E no Brasil há cidadãos de 1ª e 2ª Categoria beneficiados pelo regime previdenciário. Escrevi: “O povo é o destinatário residual dos serviços que o Estado pode lhes prestar, após terem os detentores do poder se garantido em seus privilégios e concessões para se manterem.

Os exemplos são fantásticos na demonstração de que, mesmo nos Estados modernos, o povo é um mero peão descartável, num tabuleiro de xadrez, em que todas as peças principais são os detentores do poder.

Os proventos de aposentadoria dos detentores (políticos e burocratas), no Brasil, por exemplo, são incomensuravelmente maiores do que os da sociedade, que deveria por eles ser servida. Os tributos (contribuições sociais) que o povo paga para o Estado beneficiam, em muito mais de 10 vezes, o servidor público do que o que deveria por ele ser servido<sup>5</sup>.

À evidência, sendo o Estado a estrutura jurídica de representação do povo, mas constituída pelo governo, é este que determina o nível dos recursos que deverá retirar da sociedade para se sustentar no poder, com o que a carga tributária mundial –mas principalmente a brasileira– cresce na exata medida da sanha progressiva das despesas multiplicadas e com razoável nível de desperdício e de gastos de toda a espécie. Tudo para manutenção de benefícios, cargos, funções multiplicadas destinadas aos governantes” (*Uma teoria do tributo*, ob. cit. p. 67/8).

<sup>6</sup> Escrevi: “o Estado é um mau administrador de recursos, um mau gerenciador empresarial e um mau distribuidor de riquezas, sobre ser um péssimo prestador de serviços públicos com parte dos tributos que tira da sociedade, pois a maior parte deles morre nas mãos dos políticos e dos burocratas, isto é, nas mãos dos detentores do poder. Por esta razão, sempre arrecada o Estado mais do que necessita para servir a sociedade e impõe encargos sociais mais elevados do que o necessário para atender às demandas da Seguridade Social, que, a rigor, conformam a Previdência, a Assistência Social e Saúde, na feliz percepção do constituinte brasileiro. Tais encargos, portanto, ao onerarem os custos da mão-de-obra, do produto e do serviço, terminam por não retornar para a sociedade na proporção do arrecadado, o mais das vezes, havendo desvios das verbas destinadas à Seguridade para outras necessidades orçamentárias do governo consideradas mais urgentes” (*Uma visão do mundo contemporâneo*, Ed. Pioneira, São Paulo, 1996, p. 85).

<sup>7</sup> Escrevi: “A globalização da economia foi típica linha definida pelo Grupo dos 7, após a queda do Muro de Berlim. A título de gerar uma economia civilizada, em que todos os países usufruíssem de um comércio internacional sem barreiras, endeuasaram a nova doutrina progressista, a qual, à evidência, os beneficiaria em primeiro lugar, em face de seu maior capital e melhor tecnologia.

O princípio de que a universalização do comércio exterior permitiria ao consumidor mundial ter o melhor produto pelo menor preço, atraente sem dúvida alguma, também tornou claro que o melhor produto pelo menor preço é produzido pelos países mais ricos e com maior tecnologia.

O mesmo princípio não é aquele que a União Européia adota para seus produtos agropecuários e os Estados Unidos, para seus produtos siderúrgicos.

Como são os titulares da riqueza mundial, entendem que nada mais lógico que cada país desenvolvido garanta os empregos possíveis para aqueles que trabalham em áreas descompetitivas e para que não tenham crises sociais internas. Prevalece, para tal situação, a tese de que o produto menos competitivo deve ser preservado para evitar-se crise social nestes segmentos” (*A era das contradições*, ob. cit. p. 140/1).

<sup>8</sup> Escrevi: “As necessidades do poder, portanto, geram permanente injustiça tributária, que termina descompassando o Estado, que na definição de Ratzinger deveria ser o “estabilizador da ordem na convivência humana”.

E é interessante notar que a consciência desta realidade de que o Estado é um mau distribuidor de riquezas, hoje é pacífica nos países desenvolvidos. Busca-se, de mais em mais, alternativas para que se faça a geração de empregos e desenvolvimento, sem a demagogia dos governantes ou sem a preservação das estruturas arcaicas do poder, que fracassam na maioria dos países.

As políticas de arrecadação, quando têm este único objetivo, ou seja, arrecadar para manter estruturas, e não o de fazer justiça tributária e gerar desenvolvimento, estão condenadas, no médio prazo, mas, infelizmente, ainda estão presentes nos países atrasados, em que a arrecadação de tributos não corresponde à digna prestação de serviços públicos.

Um dado, todavia, preocupa, ou seja, o crescente abismo entre nações desenvolvidas e emergentes, provocado por uma atuação incorreta de organismos internacionais (FMI e OMC) e pela ânsia de conquista de mercados, sem perda de privilégios, dos países desenvolvidos.

Neste contexto, compreende-se o discurso de Michel Camdessus, ao deixar a presidência do FMI, em que reconhece, em parte, o fracasso da instituição acostumada a intervir em crises financeiras, com um modelo único, cujos resultados, no mais das vezes, não foram bons” (*A era das contradições*, ob. cit. p. 173/4).

<sup>9</sup> Em 1977 escrevi: “O Estado Universal – A longo prazo, o mundo deverá compreender que somos um planeta navegando, no espaço, em busca da sobrevivência de seu principal habitante, que é o homem. As guerras, se não o levarem à destruição, serão substituídas por uma guerra maior, que é a de fazer a população mundial não perecer.

Por esta razão, a longo prazo, a batalha da sobrevivência do homem apenas poderá ser cuidada com o estabelecimento de um Estado Universal.

O mundo não está, no presente, preparado para seu nascimento. As pioneiras sementes não conseguiram ainda passar de um estado embrionário, seja no plano político (sociedade de nações, ONU, OEA), seja no plano econômico (MEC, ALALC etc.). Essas sementes, todavia, estão na essência da continuação do homem. Se o homem não encontrar consenso universal para se auto-dirigir e teimar nas escaramuças dos regionalismos, estará fadado ao suicídio e a transformar a terra num inóspito planeta, nos próximos séculos.

Somente um Estado Universal poderá, num futuro distante, superar o problema, com as nações atuais servindo de Estados Federados, à semelhança dos países federativos, e o Estado Universal representando o poder central” (“O Estado de Direito e o Direito do Estado”, José Bushatsky Editor, São Paulo, 1977, p. 155/6).